

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.031, DE 2020

Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se, onde couber, artigo com a seguinte redação:

“Art. O art. 3º da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do parágrafo único seguinte:

“Art. 3º

Parágrafo único. Também não se aplicam os dispositivos desta lei à Eletrobrás Amazonas GT, Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear; e Itaipu Binacional . (NR) ”

JUSTIFICAÇÃO

Por meio desta emenda, buscamos impedir que essa empresa seja privatizada, incluindo-a na relação de empresas federais às quais não se aplicam os dispositivos da Lei nº 9.491/1997, que trata do Programa Nacional de Desestatização.

Assim, com o objetivo de interromper o processo de privatização da Eletrobrás Amazonas GT, que causaria significativos danos à população e à economia dos estados afetados como Amazonas, bem como aos trabalhadores dessas estatais, Eletrobrás Termonuclear S.A. - Eletronuclear; e Itaipu Binacional; pela importância estratégica e a questão de soberania nacional.

Contamos com o apoio dos parlamentares para a aprovação dessa emenda.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2021

Deputado Federal Valmir Assunção

PT-BA

